


**PRIVAÇÃO DE RECONHECIMENTO E LOUCURA: MARCAS DO SOFRIMENTO NA
VIDA E NA OBRA DE LIMA BARRETO**

**DEPRIVATION OF RECOGNITION AND MADNESS: MARKS OF SUFFERING
IN THE LIFE AND WORK OF LIMA BARRETO**

**PRIVACIÓN DE RECONOCIMIENTO Y LOCURA: MARCAS DEL
SUFRIMIENTO EN LA VIDA Y LA OBRA DE LIMA BARRETO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-035>

Data de submissão: 04/05/2025

Data de publicação: 04/06/2025

Amanda Maria Marques Pimenta

Doutora e mestra em Psicologia pela PUC Minas, psicanalista e psicóloga do trabalho.
E-mail: amandamarquespimenta@yahoo.com.br

José Newton Garcia de Araújo

Doutor em Psicologia (Universidade de Paris-Cité), professor aposentado dos programas de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da PUC Minas.
E-mail: jinga@uol.com.br

RESUMO

Este artigo partiu da premissa de que há uma relação entre as vivências de privação de reconhecimento e o sofrimento psíquico. Seu referencial foi a teoria hegeliana do reconhecimento e os conceitos de privação de reconhecimento, construídos a partir dessa teoria, e também os conceitos psicanalíticos de desamparo e dor psíquica. Foi realizada uma pesquisa teórica, na qual foi feita a revisão de literatura e a análise da questão da privação de reconhecimento e do sofrimento psíquico dos negros, a partir da leitura de parte da obra de Lima Barreto, em especial o conto *O filho da Gabriela* e os livros *Diário de um hospício* e *Cemitério dos vivos*. Neste percurso foi possível, para além de uma análise do adoecimento do autor, corroborar a ideia de construção de toda uma estrutura social que embasa o racismo, a violência e a desigualdade, tão presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Sujeito. Alteridade. Privação de reconhecimento. Sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This article is based on the premise that there is a relationship between experiences of deprivation of recognition and psychological suffering. Its reference is the Hegelian theory of recognition and the concepts of deprivation of recognition, constructed from this theory, as well as the psychoanalytic concepts of helplessness and psychological pain. A theoretical study was carried out, in which a literature review and analysis of the issue of deprivation of recognition and psychological suffering of black people were carried out, based on the reading of part of Lima Barreto's work, especially the short story *O filho da Gabriela* and the books *Diário de um hospício* and *Cemitério dos vivos*. In this path it was possible in addition to an analysis of the author's illness to corroborate the idea of the construction of an entire social structure that underpins racism, violence and inequality so present in Brazilian society.

Keywords: Subject. Otherness. Deprivation of recognition. Psychic suffering.

RESUMEN

Este artículo parte de la premisa de que existe una relación entre las experiencias de privación de reconocimiento y el sufrimiento psíquico. Su referencia fue la teoría hegeliana del reconocimiento y los conceptos de privación de reconocimiento, contruidos a partir de esa teoría, así como los conceptos psicoanalíticos de desamparo y dolor psíquico. Se llevó a cabo una investigación teórica, en la que se revisó la literatura y se analizó la cuestión de la privación de reconocimiento y el sufrimiento psíquico de los negros, a partir de la lectura de parte de la obra de Lima Barreto, en especial el cuento O filho da Gabriela y los libros Diário de um hospício y Cemitério dos vivos. En este recorrido fue posible, además de analizar la enfermedad del autor, corroborar la idea de la construcción de toda una estructura social que sustenta el racismo, la violencia y la desigualdad, tan presentes en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Sujeto. Alteridad. Privación de reconocimiento. Sufrimiento psíquico.

1 INTRODUÇÃO

Um escritor negro e de origem humilde, vivendo no contexto da República Velha e da abolição da escravidão, marcado pela desigualdade social e de raça, por vezes velada. Tais traços biográficos marcam a obra de Lima Barreto e são nítidos nas demonstrações de seu sofrimento tanto nos textos de memória e autobiográficos, como no “Diário do hospício”, quanto nos de caráter ficcional, como no conto “O filho da Gabriela” e em seu livro inacabado “O cemitério dos vivos”.

Este artigo se propõe a analisar a relação entre as vivências de privação de reconhecimento e o sofrimento psíquico na vida e na obra de Lima Barreto, sendo importante ressaltar que essas vivências são decorrentes do contexto social brasileiro em que o autor viveu, o que nos permite considerar tal contexto como patologizante.

O estudo tem como referencial a teoria hegeliana do reconhecimento e os conceitos de privação de reconhecimento, construídos a partir dessa teoria, e também os conceitos psicanalíticos de desamparo e dor psíquica. A partir da colocação de que o reconhecimento recíproco, da e pela alteridade, condição fundante no processo de subjetivação, é viabilizado pelo contexto social, fizemos a opção por analisar o contexto brasileiro da época em que viveu Lima Barreto para compreender as consequências dessa recusa de reconhecimento em seu estado de sofrimento psíquico.

A utilização dos conceitos de Hegel, na teoria do reconhecimento, foi objeto, leitura e base de construção conceitual para inúmeros pesquisadores dos campos da filosofia, da sociologia, da psicanálise, dentre outros. No presente artigo, as noções de privação de reconhecimento, aqui denominados desrespeito e precariedade, têm como base, respectivamente, a leitura das obras Hegel “O sistema de vida ética”, segundo as considerações de Axel Honneth, e “Fenomenologia do Espírito”, a partir de Judith Butler.

Com relação ao desamparo, ele se apresenta, na leitura da psicanálise, como uma experiência estrutural para a própria constituição psíquica do sujeito, na medida em que o impulsiona a se abrir para a alteridade que se apresenta como via de saída para a sua sobrevivência. Para além da questão estrutural, quando o sujeito é colocado em situações de marginalidade e exclusão, nas quais não há reconhecimento ou acolhimento por parte do outro, o desamparo retorna, podendo ocasionar um sofrimento psíquico, capaz de desestruturar a própria personalidade, o que pode ser verificado na vida e na obra de Lima Barreto.

2 PRIVAÇÃO DE RECONHECIMENTO, DESAMPARO E DOR PSÍQUICA

O conceito de privação de reconhecimento, construído a partir da definição de Hegel, de um reconhecimento da e pela alteridade, permite analisar as consequências da vivência de situações

marcadas por uma recusa desse reconhecimento, por parte de um outro, o que coloca o sujeito numa posição de marginalidade ou exclusão. Cabe ressaltar que o conceito de privação, recusa ou de negação de reconhecimento não está presente em Hegel, mas foi formulado em suas diversas versões a partir de leituras dos distintos momentos da teoria do reconhecimento de Hegel. Nesse sentido, a presente pesquisa faz um recorte conceitual dessa denegação de reconhecimento, a partir da noção de desrespeito em Honneth e do conceito de precariedade em Butler.

É importante considerar que Hegel, enquanto representante do Idealismo, analisa e formula o reconhecimento no plano ontológico, constitutivo do ser. Não se atendo a sujeitos ou situações concretas, ele considera o reconhecimento da e pela alteridade como fundante do sujeito, o que nos permite constatar que não há sujeito sem reconhecimento, mesmo que este reconhecimento negue ou exclua o sujeito, de algum modo, ao longo de sua existência.

Por outro lado, ao formular os conceitos de desrespeito e precariedade, Honneth e Butler, cada qual a seu modo, saem do plano ontológico e voltam seus olhares para os aspectos psíquicos, sociais e políticos do reconhecimento. É essa mudança de olhar que permite relacionar as situações concretas de privação de reconhecimento, como as apresentadas a seguir neste artigo, ao sofrimento ou adoecimento individual ou social.

Tal perspectiva pode ser corroborada pelas afirmações de Honneth (2003, 2008) de que ele se propõe a desenvolver os fundamentos de uma teoria social, a partir do modelo conceitual hegeliano de uma luta moral por reconhecimento, apresentado nos escritos do jovem Hegel, no Sistema de Vida Ética. A partir dessa teoria do social, o autor tenta realizar ou estabelecer fundamentos para uma crítica das tendências patológicas do social ou de suas realizações incompletas.

Honneth (2008) aponta ainda para uma filosofia social cujo estado atual está articulado a uma perspectiva ética, a qual considera a sociedade em processo de constituição. Associada à crítica a um estado da sociedade, visto como alienado, desprovido de sentido ou doente, a filosofia social promove uma ligação entre essa intenção crítica e a perspectiva de uma ética formal, a partir da concepção filosófica de que não seja possível falar verdadeiramente de uma patologia da vida social sem considerar algumas hipóteses acerca das condições de autorrealização do ser humano.

Segundo o autor, a filosofia social parte da escolha de uma via que vai ao encontro de uma ética formal, que tem como premissa que o que deve constituir o fundamento da normalidade de uma sociedade, independentemente de qualquer cultura, são as condições capazes de garantir a seus membros um modo de realização de si.

Honneth (2008) analisa, a partir desse ponto de vista, quais são as consequências das experiências de privação de reconhecimento, por ele denominadas desprezo ou desrespeito social. O

sentimento de ter passado por uma experiência de privação de reconhecimento social representa, por si só, uma motivação para a revolta social ou para a resistência, uma vez que faltam ao sujeito as orientações normativas que possibilitariam a elaboração de formas de combate à experiência de desprezo ou humilhação.

De acordo com Honneth (2018), a partir do pressuposto de que os “sujeitos se relacionam no horizonte da expectativa recíproca, a fim de encontrar reconhecimento como pessoas morais e para suas realizações sociais” (HONNETH, 2018, p. 32), é possível constatar que, quando o reconhecimento visto como merecido não ocorre, institui-se uma percepção de injustiça moral, que faz com que tais experiências sejam vivenciadas por meio dos sentimentos de desrespeito social. Assim, situações marcadas pela privação de reconhecimento da e pela alteridade têm impacto psicológico na própria subjetividade.

O autor considera que

cada lesão dos pressupostos normativos da interação deve se assentar diretamente nos sentimentos morais dos participantes: uma vez que a experiência do reconhecimento representa uma condição na qual se pendura o desenvolvimento da identidade humana como um todo, à sua denegação, isto é, ao desrespeito, acompanha necessariamente a sensação de uma ameaçadora perda da personalidade. (HONNETH, 2018, p. 32)

O conceito de desrespeito em Honneth tem como ponto de partida a concepção de Hegel, apresentada no Sistema de Vida Ética, de que o reconhecimento recíproco da e pela alteridade, que pode ser interna ou externa ao sujeito, é uma experiência fundamental para a construção da identidade. A partir dessa constatação, Honneth (2003) afirma que, quando na experiência vivenciada o reconhecimento não acontece, institui-se uma ameaça de desestruturação dessa identidade, produzindo uma situação de adoecimento emocional ou sofrimento que pode levar a uma destruição do próprio sujeito. Nesse contexto, segundo Honneth (2018), as experiências de reconhecimento negado, por ele denominadas de desrespeito, são, normalmente, acompanhadas por sentimentos de vergonha, raiva ou indignação, reações que marcam a ferida emocional deixada por tais experiências.

Segundo Honneth (2003), o estabelecimento de esferas gradativas de reconhecimento também permite afirmar que, quando se trata do desrespeito, é possível definir a existência de diferentes formas, as quais estão relacionadas com privações de determinadas pretensões de identidade que se correlacionam com as esferas definidas para o âmbito positivo do reconhecimento. Assim, do mesmo modo que se diferenciam três tipos possíveis de reconhecimento, é possível estabelecer três modos de desrespeito, tendo como base o amor, o direito e a eticidade absoluta. Essa perspectiva permite ressaltar ainda que a experiência de desrespeito está associada às vivências afetivas dos sujeitos humanos, o que

desencadeia o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento.

De sua parte, ao formular o conceito de precariedade, Butler (2017) considera que a ontologia não exista fora de uma organização social, bem como de sua interpretação política. Nesse sentido, a autora também extrapola o plano ontológico, em que se constrói a teoria do reconhecimento, em Hegel, aproximando-se das questões sociais, políticas e psíquicas e, portanto, da dimensão do sofrimento.

Ao tratar desses aspectos, Butler (2017) utiliza o termo ontologia do corpo, não para construir uma descrição de estruturas fundamentais separadas dos aspectos da organização social e política, mas justamente para considerar que esse corpo e, conseqüentemente, sua análise ontológica, não podem existir sem estarem relacionados a uma organização ou a uma interpretação políticas.

O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente, a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo –, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis. (BUTLER, 2017, p. 15-16)

Segundo a autora, o sujeito se constitui a partir de normas. E são essas normas que estabelecem as possibilidades de reconhecimento dos sujeitos. Assim, tais condições normativas determinam uma ontologia vinculada e condicionada pelo contexto histórico e social.

Ao analisar a questão da privação de reconhecimento com enfoque no contexto social, Butler (2017) parte do conceito de precariedade. Suas considerações apontam que, num momento mais elementar,

(...) uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida, se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas, ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas, de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas, no sentido pleno dessas palavras. (Butler, 2017, p. 13)

Butler (2017) aponta que a possibilidade de apreensão de uma vida está relacionada ao fato de que essa vida seja inserida em um enquadramento de normas que a caracterizam como uma vida, ou melhor, como parte da vida. Nesse sentido, “os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito” (Butler, 2017, p.17).

Assim, o que define o reconhecimento, bem como a sua privação para determinado sujeito são as normas, condições e instituições histórica e culturalmente determinadas, o que marca o dinamismo sempre atrelado à possibilidade de ser ou não reconhecido.

As reflexões acima apresentadas, acerca do desrespeito e da precariedade, permitem pensar que, para além do sofrimento psíquico, a partir dessas condições, é preciso considerar o fato de que devem existir aspectos sociais que possibilitem que uma vida possa não ser considerada vida e, portanto, passível de desrespeito, precariedade e, conseqüentemente, sofrimento.

Ao retomar a questão da precariedade e dos enquadramentos que possibilitam ou não considerar um determinado ser como vida, trazidos por Butler (2017) no item anterior, é possível analisar a questão do desamparo. Um ser humano, em situação de precariedade, que ultrapassa aquela condição inerente a qualquer vida humana, ou em condição que permita não considerá-lo vida, é aquele desconsiderado e excluído pelo outro, sendo remetido à condição, algumas vezes mortífera, do desamparo inicial.

Conforme já apontado por Freud no “Projeto para uma psicologia científica”, o desamparo é uma experiência primordial que remonta ao apelo ao outro, desde as origens do sujeito. A colocação freudiana está alicerçada na constatação de base biológica de que “o bebê não sabe se o que lhe falta é alimento, calor, ou se o incômodo é proveniente de uma dor. A incapacidade de traduzir, de significar, e a imaturidade motora colocam o *infans* em uma situação de desamparo, tornando, pois, a intervenção do outro essencial e indispensável” (Moreira, 2004, p. 114).

O desamparo se apresenta, assim, como uma experiência estrutural para a própria constituição psíquica do sujeito, uma vez que o impulsiona a se abrir para a alteridade que se apresenta como via de saída para a sua sobrevivência. Cabe ao outro interpretar e conter o excesso de excitação que invade o pequeno ser, na forma de um incômodo que não encontra alívio, a não ser pela via de outro ser que se põe a confortá-lo.

Conforme apontado por Birman (1999), para além dessa experiência de satisfação, a prematuridade primordial do organismo humano, que chega ao mundo incapacitado para a vida, permitiu a Freud, após os anos 1920, elaborar o conceito de pulsão de morte, reformulando o próprio conceito de desamparo, a partir da concepção de um movimento primordial para a morte, no sentido de um retorno ao vazio, à quietude.

Assim, segundo Moreira (2004),

Na experiência de satisfação, a máquina psíquica do “prematurzinho”, diante do enchimento dos neurônios, busca o esvaziamento, o nada; tudo que visa é livrar-se do excesso energético e voltar ao estado anterior de paz do nada. Esse processo preconiza o conceito de pulsão de morte, que é revelado como a tendência mais primitiva do organismo. A hipótese inicial do

desamparo é ressignificada a partir do conceito de pulsão de morte e, assim, o nascimento do sujeito fica condicionado à presença traumatizante e estruturante do outro, que oferece uma saída alternativa para o excesso energético, para além da descarga. (Moreira, 2004, p. 121).

Neste contexto, segundo Birman (1999), o conceito de desamparo, reformulado a partir da concepção final da metapsicologia freudiana, pode ser analisado como análogo da propensão originária da natureza humana para a descarga total de todas as excitações, dado que o ser não dispõe internamente de meios para o domínio dessas. Essa impossibilidade de domínio faz com que as excitações se constituam como um excesso para o organismo. Assim, o ser humano estaria fadado à morte e à quietude, se não fosse a presença do outro que, com seus recursos, permite construir outros destinos para a força pulsional. Deste modo, é esse outro que realiza o trabalho de ligação dessa força, que o pequeno ser não pode realizar sozinho. O movimento em direção à vida é exterior ao próprio organismo, sendo função do outro conter a descarga pulsional. É o trabalho do outro que promove a regulação da pulsão de morte, ao proporcionar sua ligação a objetos de satisfação, bem como ao campo das representações. Desse modo, a pulsão se torna sexual e se vincula ao princípio do prazer.

A partir da teoria freudiana, Birman (1999) afirma que “seria pela exterioridade que a interioridade seria constituída como ordem sexual, transformando a natureza do organismo, ao alocar nesses territórios de autoerotismo que se oporiam aos movimentos para descarga mortífera” (Birman 1999, p.22-23). Nesse sentido, a psicanálise corrobora a teoria do reconhecimento de Hegel, considerando a alteridade como fundamental, não apenas para a constituição psíquica, mas também para a própria sobrevivência do sujeito.

Segundo Birman (2016), a formulação do conceito de pulsão de morte, a qual se apresenta como uma modalidade sem representação e sem a possibilidade inicial de inscrição no circuito de satisfação, o que só se torna possível pela mediação do outro, serve de base para que se possa pensar o sujeito na condição de desamparo. A presença incessante da pulsão de morte, ao longo da vida, permite caracterizar a condição de desamparo como algo insuperável, não podendo ser sanada por nenhum recurso do desenvolvimento humano. Assim, pode-se constatar que o desamparo, instituído na origem do sujeito, torna-se um aspecto fundamental de seu psiquismo, acompanhando-o ao longo de toda a sua existência.

A partir da perspectiva do desamparo inicial que só adquire contorno por meio da presença do outro, Birman (1999) retoma a questão já apontada por Hegel, de que o sujeito se constitui a partir do outro, sendo o trabalho desse outro capaz de mediar uma situação de dependência e/ou carência, da qual nunca é possível se libertar.

(...) mesmo que posteriormente o sujeito se torne possuidor de instrumentos para manejar melhor o excesso produzido pelas excitações, inexistentes nas suas origens, relativizando, pois, a sua absoluta dependência do outro, o fato de que a força pulsional seja uma força constante e contínua (...) recoloca o sujeito na condição de desamparo fundamental e de dependência ao outro. Portanto, o desamparo e a dependência humana em relação ao outro se reproduzem posteriormente, ao longo da existência humana, em função mesmo de que a força pulsional, enquanto exigência de trabalho (...) se impõe permanentemente e passa pelo outro para que possa ser dominada, constituindo destinos erógenos. (Birman, 1999, p.25)

Nesse sentido, Rocha (1999) coloca que, a partir do desamparo originário do bebê, Freud revê a natureza da angústia, e descobre, revelando-a em sua forma originária – a *Urangst*. Essa angústia, que pode ser considerada, assim como o desamparo, constitutiva do próprio sujeito, vai se repetir como angústia de separação, ao longo de toda a sua história, sendo a angústia típica de nossa condição humana, marcada pela dor, pela falta ou pelo limite do não-ser.

A partir da experiência do desamparo, segundo Rocha (1999),

(...)o homem penetra o mais íntimo de sua singularidade e faz, na mais nua e completa solidão, a descoberta da contingência e da finitude de sua existência. Difícil imaginar uma forma de solidão maior e mais dolorosa do que aquela do desamparado. Nela o ser humano encontra-se inteiramente só. O desamparado sente-se tão só, como o naufrago perdido na imensidão do mar. A metáfora é uma tentativa de mostrar que a essência do desamparo é a solidão e o sentimento de impotência, constituídos pela impossibilidade do sujeito de encontrar sozinho uma saída para a situação em que se encontra. Mas ela não termina aí, porque, ao mesmo tempo e normalmente, o desamparo abre para a alteridade. Ele é um grito desesperado de ajuda lançado na direção do outro. Quando o grito fica sem resposta, o desamparo torna-se desespero. (Rocha, 1999, p.342)

O conceito de desamparo, desenvolvido a partir da última metapsicologia freudiana, remete à função estruturante e fundamental do outro para a constituição psíquica do sujeito. A partir disso, é possível constatar que situações de privação de reconhecimento, como aquelas de desrespeito e precariedade, em que há um esmaecimento ou uma negativa de relação, por parte da alteridade, colocam o sujeito novamente na condição de desamparo, muitas vezes desestruturante para a própria subjetividade.

3 O PERCURSO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO EM LIMA BARRETO

A relação entre as dificuldades enfrentadas no contexto social e a história de sofrimento psíquico que fazem parte da biografia de Lima Barreto, cujo adoecimento foi marcado pelo alcoolismo e por uma degradação da personalidade, que acabaram por levá-lo a diversas internações em hospitais psiquiátricos, remetem à colocação de Safatle (2014) de que há uma natureza indissociável entre o contexto social e o sofrimento psíquico.

A vida e o adoecimento do autor não podem ser isolados do contexto da época em que ele viveu.

A lei que abolia a escravidão e a proclamação da república está entre os principais acontecimentos que alteraram aspectos significativos do cenário histórico e cultural brasileiro. No campo das letras, aquele foi o período de fundação da Academia Brasileira de Letras e da hegemonia de uma literatura intensamente preocupada com a gramática da norma culta e com a forma; tempo em que os cafés elegantes eram o ponto de encontro dos jornalistas, escritores e críticos; tempo em que a vida cultural brasileira era descrita como *belle époque*, embora os ecos do longo período de escravidão no Brasil ainda estivessem bastante audíveis. É nesse contexto que o mulato, suburbano, pobre vai tentar se inserir como escritor e intelectual nas rodas literárias brasileiras. (SOUZA, 2019, p.1).

Assim, a condição de excluído marca não somente a obra, mas a vida do escritor que acaba sucumbindo ao sofrimento, num movimento devastador de si mesmo.

Dilacerado por permanentes conflitos entre suas origens sociais (pobre e mulato) e a condição de letrado, sofreu e expressou as contradições daqueles que não possuem um lugar, atormentados pela constante sensação de não pertencimento ou de inadaptação, traduzida por tantos de seus personagens. (ENGEL, 2009, p.385)

Cabe ressaltar ainda que, para além das dificuldades relacionadas à inserção social, a história de Lima Barreto, ainda na infância, e pela loucura do pai, fatos que acabaram por levar o autor, obrigado a assumir o sustento da família, a ingressar no serviço público, trabalho que não trazia satisfação ou sentido para a sua vida, mas que se mostrava ser um aspecto importante para a conjuntura de seu adoecimento. Sobre o autor, Schwarcz (2019) diz:

Lamentou sempre que pôde (nas crônicas, ou nos contos e romances alusivos) a falta da presença materna e a responsabilidade precoce que assumiu com os irmãos menores, ainda mais diante dos futuros problemas mentais do pai. Nas memórias que deixou, a situação familiar foi invariavelmente descrita como um “acidente”: mãe precocemente morta, irmãos inconstantes, pai alcoólatra e depois um psicótico sem retorno. (SCHWARCZ (2019, p.32)

A questão da orfandade de um menino de origem humilde é tema central no conto “O filho da Gabriela” em que a criança, filha da empregada, foi, inicialmente, objeto de discriminação por parte da patroa que, já na abertura da obra, responde em tom de reprovação à demanda de cuidados que a mãe tem para com ele.

Absolutamente não pode continuar assim... Já passa... É todo o dia! Arre!
— Mas é meu filho, minh’ama.
— E que tem isso? Os filhos de vocês agora têm tanto luxo. Antigamente, criavam-se à toa; hoje, é um deus nos acuda; exigem cuidados, têm moléstias...
Fique sabendo: não pode ir amanhã! (BARRETO, 2019, p.98)

Tal fato mostra a questão da desigualdade de classe em que o menino pobre e sua mãe, criada da família, não são dignos de cuidados ou atenção, não tendo nem mesmo a possibilidade de adoecer.

Na sequência do conto, a perda do emprego da mãe, gerada pelo conflito com a patroa, acaba por agravar o contexto de desvalia vivido pela criança.

A criança, durante esse mês, viveu relegada a um canto da casa de uma conhecida da mãe. Um pobre quarto de estalagem, úmido que nem uma masmorra. De manhã, via a mãe sair; à tarde, quase à boca da noite, via-a entrar desconfortada. Pelo dia em fora, ficava num abandono de enternecer. A hóspede, de longe em longe, olhava-o cheia de raiva. Se chorava aplicava-lhe palmadas e gritava colérica: “Arre diabo! A vagabunda de tua mãe anda saracoteando... Cala a boca, demônio! Quem te fez, que te ature...”. (BARRETO, 2019, p. 100).

Esses poucos trechos já permitem observar a associação entre o contexto social que produz a privação de reconhecimento e o sofrimento vivido pela criança que sentia medo e nada pedia. Nesse sentido, o sistema de desigualdade e exclusão, estabelecido a partir das classes sociais, parece inviabilizar a relação com a alteridade, para a criança que, ora não é vista, sendo importante destacar a ausência de seu nome, ora é submetida a episódios de humilhação.

Tal fato permite pensar que a estrutura do primeiro nível de reconhecimento, proposta por Honneth (2003), na qual “a experiência de ser amado constitui para cada sujeito um pressuposto necessário da participação na vida pública de uma coletividade”. (HONNETH, 2003, p. 79) não se estabelece de forma satisfatória, o que pode ser corroborado pelas reações da criança.

Aos poucos, a criança torrou-se de medo; nada pedia, sofria fome, sede, calado. Enlanguescia a olhos vistos e sua mãe, na caça de aluguel, não tinha tempo para levá-lo ao doutor do posto médico. Baço, amarelado, tinha as pernas que nem palitos e o ventre como o de um batráquio. A mãe notava-lhe o enfraquecimento, os progressos da moléstia e desesperava, não sabendo que alvitre tomar. (BARRETO, 2019, p.100)

Nem mesmo a ascensão social, representada no conto pelo apadrinhamento da criança pelos patrões, o que possibilitou o acesso a uma vida confortável e a uma boa educação, foram capazes de apagar as marcas da exclusão sofrida.

— Já batizaste o teu pequeno? perguntou-lhe ela ao entrar.
— Ainda não.
— Por quê? Com quatro anos!
— Por quê? Porque ainda não houve ocasião...
— Já tens padrinhos?
— Não, senhora.
— Bem; eu e o conselheiro vamos batizá-lo. Aceitas?
Gabriela não sabia como responder, balbuciou alguns agradecimentos e voltou ao fogão com lágrimas nos olhos.
O conselheiro condescendeu e cuidadosamente começou a procurar um nome adequado. Pensou em Huáscar, Ataliba, Guatemozim; consultou dicionários, procurou nomes históricos, afinal resolveu-se por “Horácio”, sem saber por quê.
Assim se chamou e cresceu. Conquanto tivesse recebido um tratamento médico regular e a sua vida na casa do conselheiro fosse relativamente confortável, o pequeno Horácio não perdeu nem a reserva nem o enfezado dos seus primeiros anos de vida. (BARRETO, 2019, p. 101)

A morte da mãe acentua, na obra, ainda mais os traços de fechamento e tristeza da criança, apesar de determinar sua aparente condição de ascensão social, ao ser incluído na vida dos patrões de forma definitiva.

Pouco depois a mãe lhe morria. Até então vivia numa semidomesticidade. Daí em diante, porém, entrou completamente na família do conselheiro Calaça. Isso, entretanto, não lhe retirou a taciturnidade e a reserva; ao contrário, fechou-se em si e nunca mais teve crises de alegria.

Com sua mãe ainda tinha abandonos de amizade, efusões de carícias e abraços. Morta que ela foi, não encontrou naquele mundo tão diferente, pessoa a quem se pudesse abandonar completamente, embora pela madrinha continuasse a manter uma respeitosa e distante amizade, raramente aproximada por uma carícia, por um afago. (BARRETO, 2019, p.102)

O desenrolar da obra permite também ilustrar a questão, trazida por Honneth (2003), de que os maus-tratos físicos sofridos por um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere a confiança, que deveria ter sido aprendida por meio do amor, tendo como consequência a perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais, demonstrada numa espécie de vergonha social.

Por outro lado, a situação de exclusão social vivida pelo menino e sua mãe remetem à questão do desrespeito, na esfera do direito, uma vez que retratam uma situação de privação de direitos, o que, nas palavras de Honneth (2003), está associada ao sentimento de não possuir uma condição de igualdade, em termos de direitos diante de seu semelhante. Essa negação representa para o indivíduo uma impossibilidade de ser reconhecido, de maneira intersubjetiva, como um sujeito capaz de formar juízo moral ou de ser imputável em um determinado contexto social.

Eram-lhe as horas de aula um bem triste momento. (...) O mundo parecia-lhe uma coisa dura, cheia de arestas cortantes, governado por uma porção de regrinhas de três linhas, cujo segredo e aplicação estavam entregues a uma casta de senhores, tratáveis uns, secos outros, mas todos velhos e indiferentes. (BARRETO, 2019, p.104)

A leitura destes fragmentos do conto “O filho da Gabriela” – somada aos dados biográficos de Lima Barreto que, conforme descrito por Schwarcz (2019), graças à intervenção do visconde do Ouro Preto, seu padrinho, teve acesso a uma boa educação, sendo matriculado no Liceu Popular Niteroiense, uma escola de elite, considerada das melhores naquela época – permite constatar a impossibilidade de superar o contexto de desrespeito e exclusão, impostos por uma estrutura social vigente numa dada época. Mesmo em uma situação de apadrinhamento e ascensão, autor e personagem sentiram na pele a existência do racismo e do profundo abismo social vigente nesses primeiros momentos da República. Lima Barreto “viviu constrangido diante dos colegas mais abonados — Guilherme Guinle, Miguel Calmon, Eugênio Gudim —, que usavam ‘polainas brancas e se vestiam no Raunier’” (SCHWARCZ, 2019, p. 33). Assim, o filho da criada, mesmo estudioso, sentia-se um estranho, diante do ambiente escolar e do mundo, figuras que caracterizam a alteridade.

O destino do personagem não aparece relatado no conto, mas o de Lima Barreto foi marcado pelo desmoronamento de sua identidade, o que corrobora a constatação de Honneth (2003) de que, a

partir do não entrelaçamento de individualização e reconhecimento, apontado por Hegel, resulta a vulnerabilidade diante da possibilidade de desrespeito, visto que a inexistência de um reconhecimento constante no outro estabelece o considerável perigo de uma lesão, muitas vezes, desestruturante.

Lima Barreto passaria a percorrer de maneira errante as ruas do Rio de Janeiro, muitas vezes embriagado, e cada vez mais maltrapilho. O dândi dos primeiros momentos, o “mulato elegante”, que, conforme relatos da época, se vestia com primor, transformava-se aos poucos num personagem incômodo da capital federal, mais e mais deprimido, alcoolizado e descaracterizado. (SCHWARCZ, 2019, p.40)

A sensação de não pertencimento e exclusão que marcam a vida e a obra do escritor remetem ao conceito de dor psíquica, na medida em que, segundo Birman (2014) a dor apresenta-se como uma experiência em que a subjetividade se fecha em si mesma, não abrindo para a alteridade seu estado de mal-estar. O sujeito restringe-se apenas a si próprio, e sua interlocução com o outro fica empobrecida, limitando-se ao murmúrio e ao lamento, por mais intensa que seja a dor em questão. A dor que se apresenta como um enigma depende da presença e do reconhecimento da alteridade para ser elaborada, adquirindo sentido e contorno. No entanto, em situações de privação de reconhecimento e exclusão, como a vivida por Lima Barreto, quando a alteridade falha ou desconsidera o sofrimento, a dor não pode ser decifrada, não sendo passível de simbolização e tornando-se mortífera.

Birman (2014) aponta que a dor é uma maneira de tentar compreender o ressentimento, que perpassa hoje todos os humilhados e ofendidos, como o escritor Lima Barreto. Nesse ressentimento, a dor se caracteriza como algo narcísico, não se abrindo para o outro que aparece sempre como motivo de desconfiança e rivalidade. Demandar, solicitar ajuda não se apresenta como uma possibilidade, uma vez que não é bom ou válido precisar do outro, por demonstrar fraqueza ou falhas daquele que pede.

As obras “Diário de um hospício” e “O cemitério dos vivos” se conectam por serem produzidas na mesma época e contexto, o período de internação do autor no Hospital Nacional de Alienados, sendo a primeira um relato autobiográfico e a segunda uma obra ficcional que resgata detalhes presentes no diário. Tal entrelaçamento justifica o uso de exemplos dos dois textos de forma simultânea para ilustrar o estado de opressão e humilhação impostas pela reclusão em uma instituição psiquiátrica dos tempos vividos por Lima Barreto.

O início do relato do “Diário de um hospício” já traz a marca da situação de privação de reconhecimento, imposta desde a entrada na instituição.

Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. (...) Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda nossa pobreza e miséria. (BARRETO, 2017, p. 34)

A exclusão pela via da loucura aparece associada à que se institui por causa da pobreza, sendo, frequentemente, descrita pelo autor no “Diário de um hospício”.

Aí é que percebi que ficava e onde, na seção de indigentes, aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável. O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem par. Sem fazer monopólio, os loucos são da providência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São de imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros, roceiros, que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços da cavalaria, trabalhadores braçais, No meio disto, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social. (BARRETO, 2017, p. 38)

Os exemplos acima corroboram a ideia apresentada por Honneth (2003), em que a integridade do ser humano está associada de modo fundamental a formas de assentimento ou reconhecimento. Sendo assim, é possível perceber na autodescrição dos que se veem maltratados por outros a denominação de tais experiências como ofensa ou rebaixamento, as quais se referem a formas de reconhecimento recusado. Tais conceitos negativos designam um comportamento que representa uma injustiça não apenas porque retira dos sujeitos sua liberdade de ação ou lhes causa danos mas também porque essas pessoas são atingidas na compreensão de si mesmas, a qual elas adquiriram de maneira intersubjetiva.

A exclusão pela via da loucura remete à questão de um retorno ao desamparo, na medida em que

(...)o homem penetra o mais íntimo de sua singularidade e faz, na mais nua e completa solidão, a descoberta da contingência e da finitude de sua existência. Difícil imaginar uma forma de solidão maior e mais dolorosa do que aquela do desamparado. Nela o ser humano encontra-se inteiramente só. O desamparado sente-se tão só, como o náufrago perdido na imensidão do mar. A metáfora é uma tentativa de mostrar que a essência do desamparo é a solidão e o sentimento de impotência, constituídos pela impossibilidade do sujeito de encontrar sozinho uma saída para a situação em que se encontra. Mas ela não termina aí, porque, ao mesmo tempo e normalmente, o desamparo abre para a alteridade. Ele é um grito desesperado de ajuda lançado na direção do outro. Quando o grito fica sem resposta, o desamparo torna-se desespero. (ROCHA, 1999, p.342)

Assim, o relato de Lima Barreto permite constatar que situações de privação de reconhecimento, como as de desrespeito vividas pelo escritor, em que há um esmaecimento ou uma negativa de relação, por parte da alteridade, remetem o sujeito novamente a uma condição de desamparo para além do estruturante, o que coloca em risco a própria subjetividade.

As cenas apresentadas pelo autor estão associadas às características do contexto social da época:

É no período republicano (...) que a desigualdade social apareceria como tema não da agenda cidadã, mas da biologia evolutiva das populações, assim como seria devidamente explicada pela ciência determinista da época. Esta investiria em questões variadas, como loucura, criminalidade, prostituição e degeneração, procurando “sanear” o que considerava ser descontrolo ou desequilíbrio social.

Não por coincidência, a literatura de Lima Barreto se caracteriza por um claro “ressentimento”, dando vazão a temas como cor e exclusão, corporalidade e discriminação, divisões sociais e hipocrisias científicas. (SCHWARCZ, 2019, p.20).

Tal perspectiva se confirma nas palavras de Bosi (2017), que aponta:

É provável que, sofrendo em carne e osso a experiência de passar por insano, mas bem consciente de que não o era (...), o intelectual Lima Barreto estivesse alcançando uma percepção nítida do caráter toscamente discriminatório de certa psiquiatria determinista do século XIX, cujas explicações, como ele mesmo aponta, se resumiam a nomenclaturas e terminologias, isto é, a classes e palavras. Daí vem o mordente da sua crítica às instituições manicomiais que, na sua lógica perversa, pareciam compensar, pela sinistra igualdade de uma espécie de morte em vida (que é o sequestro), as diferenças de classe que os jazigos e as covas rasas perpetuam nos cemitérios. (BOSI, 2017, p. 17)

A análise acima permite ilustrar a relação entre privação de reconhecimento e dor psíquica, uma vez que a situação de morte em vida, imposta aos reclusos no hospício, pode ser caracterizada como um contexto coletivo de privação de direitos e de exclusão social, para o qual podemos utilizar, segundo Honneth (2003), o conceito de morte social. O autor aponta que essa alusão metafórica à morte permite constatar que o desrespeito, atuando na integridade psíquica do ser humano, provoca o mesmo efeito negativo que as enfermidades orgânicas, no contexto do corpo, sendo que, nas experiências de rebaixamento e humilhação social, os seres humanos são ameaçados em sua identidade do mesmo modo que o são, do ponto de vista físico, com o desgaste causado pelas doenças.

Além disso, o médico que tem em sua frente um doente, de que a polícia é tutor e a impessoalidade da lei, curador, por melhor que seja, não o tem mais na conta de gente, é um naufrago, um rebotinho da sociedade, a sua infelicidade e desgraça podem ainda ser úteis à salvação dos outros, e a sua teima em não querer prestar esse serviço aparece aos olhos do facultativo com a revolta de um detento, em nome da Constituição, aos olhos de um delegado de polícia. A Constituição é lá pra você? (BARRETO, 2017, p.193).

A vivência de privação de direitos, descrita por Lima Barreto, permite retomar a questão trazida por Honneth (2003), a partir da leitura de Hegel, acerca da segunda etapa do reconhecimento, que se estabelece pela via do direito e permite aos sujeitos se reconhecerem como pessoas em condição de igualdade de direitos e portadoras da capacidade de reagir, com um aceite ou negativa às possibilidades apresentadas, exercendo seu direito de escolha. No hospício, os internos são destituídos dessa condição definida pela relação jurídica, não cabendo a eles nenhuma possibilidade de escolha ou mesmo de reação, o que marca uma situação de desrespeito, de acordo com a perspectiva honnethiana.

Com relação ao desrespeito, na esfera da eticidade, que, segundo Honneth (2003), se refere ao rebaixamento do valor social de indivíduos ou grupos, é possível pensar que a situação vivida pelos internos no hospício representa uma depreciação, a qual constitui uma degradação ou ofensa àquele grupo de indivíduos ou modo de vida. Neste contexto, os pacientes são destituídos de qualquer possibilidade de estima social, sendo considerados seres de pouco ou nenhum valor ou deficientes, o que lhes tira toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades.

Os guardas em geral, principalmente os do Pavilhão e da seção dos pobres, têm os loucos na conta de sujeitos sem nenhum direito a um tratamento respeitoso, seres inferiores, com os quais eles podem tratar e fazer o que quiserem. Já lhes contei como baldee no Pavilhão, como lavei o banheiro e como um médico ou interno me tirou a vassoura da mão quando estava varrendo o jardim. (BARRETO, 2017, p. 66)

Tal situação de espoliação ilustra, de acordo com Honneth (2003), a degradação social de determinadas formas de vida e

(...) tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir à condução de sua vida como a algo a que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade; por isso, para o indivíduo, vai de par com a experiência de uma tal desvalorização social, de maneira típica, uma perda de autoestima pessoal, ou seja, uma perda de possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características. Portanto, o que aqui é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o assentimento social a uma forma de autorealização que ela encontrou arduamente com o encorajamento baseado em solidariedades de grupos. (HONNETH, 2003, p. 217-218).

Além disso, essa situação de morte em vida remete a uma invisibilidade frente ao outro, num contexto, no qual, além da privação de reconhecimento pela via do direito e da eticidade, se inviabiliza a relação com a alteridade, bem como a noção de diferença.

Tal constatação permite analisar as questões trazidas por Butler (2017) na proposta do conceito de precariedade, em que

(...) uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas, ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas, de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. (BUTLER, 2017, p. 13).

O relato de Lima Barreto traz a constatação de um nível de rebaixamento social que permite questionar se os loucos que vivem naquele momento e contexto histórico podem ser considerados vidas.

É indescritível o que se sofre ali, assentado naquela espécie de solitária, pouco mais larga que a largura de um homem, cercado de ferro por todos os lados, com uma vigia gradeada, por

onde se enxergam as caras curiosas dos transeuntes a procurarem descobrir quem é o doido que vai ali. A carriola, pesadona, arfa que nem uma nau antiga no calçamento; sobe, desce, tomba para aqui, tomba para ali; o pobre-diabo lá dentro, tudo liso, não tem onde se agarrar e bate com o corpo em todos os sentidos, de encontro às paredes de ferro; e, se o jogo da carruagem dá-lhe um impulso para frente, arrisca-se a ir de fuças de encontro à porta de praça-forte do carro-forte, a cair no vão que há entre o banco e ela, arriscando a partir as costelas... Um suplício destes, a que não sujeita a polícia os mais repugnantes e desalmados criminosos, entretanto, ela aplica a um desgraçado que teve a infelicidade de ensandecer, às vezes, por minutos. (BARRETO, 2017, p. 144)

É possível pensar que as vidas, marcadas pela invisibilidade e exclusão social, da loucura e do hospício, estão inseridas em um enquadramento que, de acordo com Butler (2017), não permita que elas sejam reconhecidas, ou, na realidade, protegidas contra a violação e a violência. Nesse sentido, os pacientes inseridos nesse contexto não podem ser considerados sujeitos, por estarem à margem das normas que possibilitam inseri-los nessa categoria, naquele momento histórico e social.

O fato de o enquadramento não permitir o reconhecimento desses indivíduos, enquanto sujeitos, pode ser corroborado pela afirmação de Honneth (2003) de que a relação de reconhecimento recíproco é, para Hegel, um processo que permite a construção da própria identidade do sujeito. Diante disso, o movimento oposto retratado no relato de não ser visto ou reconhecido, mesmo estando entre centenas de homens, também está relacionado a uma impossibilidade de encontro com a alteridade ou a diferença, o que marca a impossibilidade da própria subjetivação ou construção de uma identidade.

Para além da análise da condição de sofrimento, imposta a uma categoria de indivíduos, a análise dos textos “Diário do hospício” e “O cemitério dos vivos” permite verificar o sofrimento individual, bem como o adoecimento mental do próprio Lima Barreto, o que não deixa de estar, intensamente, relacionado à sua história construída em um determinado contexto social.

Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o *chopp*, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele. (BARRETO, 2017, p.49)

Conforme descrito em seu diário, o autor associa seu alcoolismo aos medos decorrentes de sua baixa condição financeira. Apesar da inteligência e da educação de qualidade recebida, o autor não conseguiu alcançar nem a retribuição financeira, nem o reconhecimento profissional esperado ao longo da vida.

(...) temos diante de nós uma personalidade complexa, ambivalente, que batalha pela autonomia de sua escrita, mas se sente inadaptada e incapacitada de realizar tal propósito, por conta de sua origem social e étnica ou seu desempenho em sociedade (tema frequente em suas

crônicas, romances, diários e contos). A literatura parece ser, assim, refúgio e igualmente muralha; local onde o escritor busca inserir-se na sociedade, mas também de constatação de certa impotência social. (SCHWARCZ, 2019, p.16)

A relação do autor com a escrita é marcada por uma ambivalência sendo, ao mesmo tempo, uma aposta profissional em algo que trazia sentido e satisfação e uma razão de sofrimento diante da constatação de privação de reconhecimento.

O dia é de tédio e eu procuro meios e modos de fugir dele, de voltar-me para mim mesmo e examinar-me. Não posso e sofro. Arrependo-me de tudo, de não ter sido um outro, de não seguir os caminhos batidos e esperar que eu tivesse sucesso, onde todos fracassaram. Tenho orgulho de me ter esforçado muito para realizar o meu ideal; mas me aborreço não ter sabido concomitantemente arranjar dinheiro ou posições rendosas que me fizessem respeitar. Sonhei Spinoza, mas não tive força para realizar a vida dele; sonhei Dostoiévski, mas me faltou a sua névoa. (BARRETO, 2017, p.77)

Conforme relatado por Bosi (2017), as obras Lima Barreto foram recebidas com o silêncio e acabaram por se tornar um verdadeiro pesadelo para o autor. Tal fato torna-se fundamental para a análise do seu sofrimento psíquico, uma vez que “sem o exame dos sentimentos e ressentimentos do escritor frustrado, como poderiam os psiquiatras de plantão entender os motivos que levavam o suposto alienado a embriagar-se até chegar às raias do delírio?” (BOSI, 2017, p. 14).

Cabe ressaltar ainda que, para além de um diagnóstico do período em que o autor viveu, a análise de alguns textos de Lima Barreto também viabiliza uma série de reflexões acerca da relação entre privação de reconhecimento e sofrimento psíquico na atualidade. Desse modo, conforme aponta Schwarcz (2019),

(...) nesse contexto em que a questão da inclusão social e racial anda na pauta do dia em nosso país, o autor tornou-se ainda mais atual. Sua biografia não só mostra um perverso e silencioso preconceito existente no Brasil, como permite problematizar uma noção mais idealizada de mestiçagem. Lima Barreto representa em si um caso singular a testemunhar a ambivalência experimentada aqui pelas populações negras. De um lado, sua formação educacional possibilita entender como se davam processos sociais particulares de inclusão e ascensão social. De outro, o desenlace de sua vida faz duvidar desses modelos todos. Aí temos um caso radical e dramático de infortúnio e fracasso; se não na literatura, ao menos na vida pessoal. (SCHWARCZ, 2019, p.44)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção deste artigo, parte de uma pesquisa de doutorado, partiu da premissa de que há uma relação entre as vivências de privação de reconhecimento e o sofrimento psíquico, que se apresenta nos âmbitos individual e coletivo, o que permitiu pensar acerca das patologias sociais, bem como de um contexto social patologizante. Nesse sentido, as experiências de sofrimento, muitas vezes desestruturantes ou avassaladoras para a subjetividade, não se restringem ao âmbito individual dos

consultórios, mas se fazem presentes em contextos familiares e sociais, como a estrutura de um determinado contexto social, responsável pela construção de determinismos muitas vezes excludentes; as prerrogativas jurídicas e políticas que colocam ou não o sujeito em uma posição de igualdade diante dos demais; o trabalho ou a sua ausência; dentre outros.

O estudo analisou a privação de reconhecimento, a partir dos conceitos de desrespeito, em Axel Honneth, e de precariedade, em Judith Butler, levantando as consequências das experiências de ausência de reconhecimento no âmbito do amor, que começa nas relações familiares, assim como nas esferas do direito e da estima social. Esta investigação examinou os aspectos que definem se um sujeito ou um grupo podem ser considerados uma vida e as implicações da condição de precariedade reconhecida, o que, em algumas situações, mostra-se paradoxal, uma vez que, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de amparo e acolhimento, coloca esses sujeitos em uma condição de inferioridade, tornando-os mais vulneráveis diante da violência do outro.

A questão do sofrimento foi abordada a partir do conceito freudiano de desamparo, questão da qual decorre uma dor cujo grito não foi escutado por um outro, não tendo acolhimento ou possibilidade de elaboração, o que está presente em muitas experiências de negação do reconhecimento, como as apresentadas na escrita de Lima Barreto.

Para além da discussão teórica, o presente artigo saiu da questão ontológica do reconhecimento, abordada por Hegel, uma vez que analisou a relação entre privação de reconhecimento e sofrimento psíquico, no contexto brasileiro, a partir da leitura de parte da obra de Lima Barreto. A análise dessas obras, marcadas por traços autobiográficos, abordou o sofrimento associado ao fato de ser negro e, portanto, assolado por violências decorrentes de uma construção historico-social que implica o racismo e a exclusão do sujeito.

A leitura de Lima Barreto permitiu constatar que, para além dos determinismos econômicos, a exclusão delegada aos negros se institui por toda uma construção social que toma como paradigma a modernidade europeia, tendo como padrão sua branquitude e intelectualidade, que infeoriza todos os demais povos e culturas, marcando que a libertação dos negros, prevista no regime jurídico, a partir da abolição, continuou ausente na realidade vivida por esses indivíduos.

O escritor negro não conseguiu se fazer reconhecido por suas obras, nem mesmo tendo tido acesso a uma educação de elite e adotando para si o modelo europeizado. Tal experiência de desamparo e dor o levaram ao alcoolismo e à deterioração de sua personalidade, fadando-o também à exclusão pela via da loucura.

Por meio desse percurso, foi possível corroborar a noção de uma dívida histórica ainda não sanada, bem como a ideia de construção de uma estrutura social que embasa o racismo, a violência e

a desigualdade, tão presentes em nossa sociedade.

O estudo também pode ser visto como um modo de dar visibilidade e reconhecimento, ainda que de modo restrito, não apenas a Lima Barreto, que, não pôde desfrutar do reconhecimento em vida, mas ao negro, de modo geral, contribuindo para romper com os paradigmas e preconceitos que se perpetuam e, não raras vezes, impedem que haja um movimento autêntico de reparação que permita colocar todos os humanos, em sua diversidade, em condição de reconhecimento de suas igualdades e diferenças.

Nesse sentido, para que todos experimentem o respeito e possam ser considerados vida, no sentido pleno do termo, ainda há um longo caminho a ser percorrido não apenas no âmbito acadêmico mas no âmbito da transformação social propriamente dita, o que abre espaço para muitos outros estudos, discussões e mudanças de paradigma, nos diversos campos do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. O Filho da Gabriela. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Contos completos de Lima Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BARRETO, Lima. Diário do Hospício; O cemitério dos vivos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BIRMAN, Joel. A dádiva e o outro: Sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. Physis: Revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.9, p. 9-30, 1999.
- BIRMAN, Joel. O sujeito na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BIRMAN, Joel. Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BOSI, Alfredo. O cemitério dos vivos: testemunho e ficção. In: BARRETO, Lima. Diário do Hospício; O cemitério dos vivos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- ENGEL, Magali Gouveia. Gênero e política em Lima Barreto. Cadernos Pagu, n.32, p.365-388, 2009.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HONNETH, Axel. La société du mépris: Vers une nouvelle théorie critique. Paris: La Découverte, 2008.
- HONNETH, Axel. A dinâmica social do desrespeito: para a situação de uma teoria crítica da sociedade. Política e Sociedade. Florianópolis, v. 17, n.40, p. 21-42, set.-dez.,2018.
- MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A alteridade como experiência originária: o desamparo. Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro, v.36, p.107-123, 2004.
- ROCHA, Zeferino. Desamparo e Metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. Síntese, Belo Horizonte, v.26, n.86, p.331-346, 1999.
- SAFATLE, Vladimir. Depois dos muros de Alphaville, o mato. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SOUZA, Florentina. Personalidades negras: o escritor Lima Barreto. Literafro. Disponível em: <www.letas.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil República. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Contos completos de Lima Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.